



40 anos
UnB à frente!

Lauro Morhy
organizador geral

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA



UnB

Ao longo de 2002 quando comemora seus quarenta anos, a UnB convidou toda a sociedade brasileira a participar do amplo debate preparatório à escolha do dirigente da Nação. Para tanto, foi instalado, em fevereiro de 2002, o Fórum *Brasil em Questão*, com o objetivo de estimular a troca de idéias sobre propostas e ações indispensáveis à superação dos grandes desafios nacionais.

Brasil em Questão foi concebido em dois períodos distintos. A primeira etapa, de fevereiro a julho, foi o momento de discussão sobre onze questões-chave da agenda do País. O resultado deste amplo esforço foi apresentado à sociedade em agosto de 2002, com o lançamento do primeiro volume do livro *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*. Já a segunda etapa do Fórum *Brasil em Questão*, realizada entre os meses de agosto e setembro, buscou ampliar a visibilidade do debate entre a sociedade brasileira e os candidatos à Presidência da República. Para tanto, vieram à UnB em momentos distintos

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto
Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente
Antônio C. de Matos Paiva
Carlos Alberto Rodrigues da Cunha
Carolina Martuscelli Bori
Flávio Rabelo Versiani
Inocência Mártires Coelho
Gileno Fernandes Marcelino
Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*
Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*
Decano de Ensino de Graduação: *Michelângelo Giotto S. Trigueiro*
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*
Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*
Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmair Weidle*
Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*
Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*
Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*
Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Editores responsáveis: Regina Marques

Tânia Costa

Adler Andrade

EQUIPE EDITORIAL

PROF.^ª DR.^ª WÂNIA DE ARAGÃO-COSTA E BEL.^ª CARMEM GALVÃO (Preparação de Originais e Revisão)

FERNANDO BRANDÃO E FRANKLIN CRUZ (Editoração Eletrônica)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Projeto Gráfico)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook- *Getty Images*)

Degração e Transcrição: Tânia Costa e Regina Marques

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão 2: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Universi-
 dade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro :
 Editora Universidade de Brasília, 2002.
 264p.

ISBN 85-230-0705-8

1. Política – Brasil. 2. Cidadania. 3. Universidade.
4. Eleição presidencial – Brasil. I. Morhy, Lauro
(organizador)

CDU – 32(81)

324(81)

342.71

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 9

Parte I

Discursos e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto Ciro Gomes 15

14 de agosto Anthony Garotinho 63

04 de setembro Luiz Inácio Lula da Silva 97

Parte II

Respostas Fórum *Brasil em Questão*

José Serra 141

José Maria de Almeida 159

Rui Costa Pimenta 181

Parte III

Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

Documento da ANDIFES
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior 201

Proposições da ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	207
Carta da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância	229
Contribuição da ABRUEM Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais	233
Carta de São Paulo 4º Congresso Nacional de Educação – CONED Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública	247

An abstract painting in shades of brown and tan. It features a large, stylized face in the center, composed of simple shapes like circles for eyes and a dark, thick outline for the mouth and jawline. The background is a mix of textured brushstrokes and flat areas of color, creating a layered, almost architectural feel.

Respostas
Fórum *Brasil em Questão*

**José
Serra**

**José Maria
de Almeida**

**Rui Costa
Pimenta**

Parte II

■ **Pergunta nº 1:** O fomento à ciência e à tecnologia é considerado, nas economias mais avançadas, um dos pilares do desenvolvimento socioeconômico. Qual é a sua proposta para estimular as empresas nacionais a ampliarem seus investimentos em inovação científica e tecnológica? O senhor acredita haver condições para que as empresas transnacionais realizem atividades de pesquisa e desenvolvimento no Brasil?

Rui Costa Pimenta: A pesquisa nacional, no que respeita ao desenvolvimento nacional, é quase inexistente. Atendendo aos interesses dos grandes grupos capitalistas estrangeiros, que não querem o desenvolvimento de ciência e tecnologia autônoma no País, pois isto poderia fortalecer a posição nacional no Mercado mundial, o governo FHC levou ao extremo o estrangulamento deste setor. Isso se dá com corte de verbas para as Universidades Públicas – onde se concentra a escassa pesquisa nacional – e para os órgãos de financiamento (Fapesp, CNPq, etc.).

Uma das características do atraso do capitalismo nacional é, justamente, a sua enorme incapacidade em enfrentar a pressão do imperialismo mundial para abrir caminho ao desenvolvimento de uma tecnologia própria dos setores de ponta.

O PCO defende a destinação de percentual fixo do PIB para a pesquisa, assim como para a educação. Esse valor deveria ser amplamente discutido e definido pela comunidade diretamente envolvida (professores, estudantes e funcionários das Universidades), em conjunto com representantes das organizações do movimento operário e popular. E deveria estar totalmente voltado às instituições estatais e, não, privadas. Para o PCO, esse é o único caminho para fazer da pesquisa uma via real de desenvolvimento do País, com a conseqüente criação de empregos e melhoria das condições de vida da população. Para tornar viável este investimento, é preciso recuperar o controle sobre a poupança nacional, com o não-pagamento da dívida externa, da nacionalização do sistema financeiro e do estabelecimento do monopólio estatal sobre o comércio exterior.

A questão central, no entanto, é a de que os governos burgueses que se sucederam na história republicana do País nunca foram capazes de remover os obstáculos sociais ao desenvolvimento do País, ou seja, em primeiro lugar o capital estrangeiro. Somente um governo da classe operária e das massas pobres e exploradas do país, ou seja, um governo verdadeiramente nacional, poderá enfrentar o poder do capital estrangeiro.

■ **Pergunta nº 2:** Os programas sociais são considerados, muito freqüentemente, instrumentos compensatórios ou mesmo assistencialistas do governo federal. O senhor acredita ser possível implementar programas sociais com uma abordagem diversa? Quais os programas de proteção social que deverão ser implementados em seu governo?

Rui Costa Pimenta: O PCO entende que as chamadas políticas sociais implantadas pelo governo no País não passam de demagogia, ou seja, ao mesmo tempo em que deixam a maioria do povo na miséria (com desemprego, arrocho salarial, salário mínimo de fome...), os governos que se sucederam após o regime militar – ou seja, que assumiram a tarefa de administrar a crise do Estado por ele criada – apresentam alguns programas sociais absolutamente insuficientes para melhorar a vida da população e que, na maioria dos casos, têm seus recursos desviados pela corrupção, ou seja, pelas retrógradas estruturas do regime político burguês.

Nesse sentido, as propostas sociais do PCO visam, prioritariamente, à melhoria real das condições de vida da população:

- Redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, como forma de garantir emprego para todos.
- Reposição de todas as perdas salariais impostas durante a vigência do Plano Real.
- Salário mínimo vital, ou seja, capaz de garantir a sobrevivência digna de uma família trabalhadora, assim como prevê a Constituição Federal.
- Como maneira de combater a miséria atualmente, de forma emergencial, o governo deve criar um plano de obras públicas (construção de hospitais, casas populares, escolas, grandes obras fundamentais, etc.), para garantir emprego para os desempregados.
- Controle operário e popular (sindicatos, movimentos populares, etc.) sobre os programas atuais de combate à fome e todos os programas sociais com verba estatal.

■ **Pergunta nº 3:** A desigualdade regional é, reconhecidamente, um dos principais desafios à agenda do desenvolvimento de nosso país. Qual é a importância institucional que seu governo pretende dar à questão das desigualdades regionais?

Rui Costa Pimenta: O capitalismo brasileiro experimentou sempre uma situação de desenvolvimento absolutamente desigual: se, de um lado, temos uma região avançada, o Sudeste, que atingiu uma industrialização expressiva, de outro, temos regiões em que o desenvolvimento econômico é quase uma quimera, como é o caso do Nordeste. O problema da concentração de riquezas em algumas regiões é consequência de desenvolvimento capitalista moderno conjugado com formas de produção resultantes da estagnação de épocas econômicas anteriores que nunca foram superadas, com os setores principais da burguesia concentrados na região Sudeste e, secundariamente, no Sul. Isso ocorre, por um lado, porque o sistema capitalista é com base em produção anárquica, que responde apenas aos interesses dos capitalistas por maiores lucros e, por outro, pela pressão do imperialismo mundial, que distorce a evolução econômica do País, perpetuando o atraso. Para reverter isso, é preciso um conjunto de medidas que promovam o desenvolvimento do País como um todo:

- Contra a desordem capitalista, o PCO luta por um governo que seja capaz de colocar em prática o planejamento da produção, de forma centralizada e de acordo com os interesses do País.
- Aumento da taxa de investimento na economia das regiões mais pobres, como forma de promover a sua industrialização.

Para que ocorra um investimento massivo de recursos nacionais nas regiões mais pobres, como forma de impulsionar o seu desenvolvimento econômico, é preciso uma reversão da política econômica do atual governo, pautada pela predominância dos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, em primeiro lugar o capital financeiro. Os acordos com os fundos internacionais, que asfixiam o País por meio do pagamento de juros e impõem cortes dramáticos nos serviços públicos, são a prova mais cabal disso. Com essa política, os recursos que deveriam compor a poupança nacional acabam migrando para o imperialismo. A crise econômica no Brasil (a exemplo da Argentina e outros) é agravada pela política imposta por estes organismos e pela tentativa do imperialismo norte-americano de minimizar o impacto de sua crise interna (agravada com os escândalos das grandes corporações, como Enron e WorldCom) por meio de exploração extra sobre as nações pobres. É preciso inverter a política econômica atual, com um conjunto de medidas:

- Não-pagamento da dívida interna e da externa, como forma de gerar poupança interna, sem a dependência de capitais especulativos (atualmente, pagam-se cerca de três bilhões de Dólares mensais, a título de juros).
- Fim de qualquer subsídio estatal a empresários, banqueiros, latifundiários, empreiteiros, etc. Para o partido, todos os recursos públicos devem ser usados exclusivamente em benefício da população. Portanto, em um governo do PCO, não haveria espécie alguma de “guerra fiscal” entre os estados.
- Centralização e estatização do sistema financeiro.
- Controle do Banco Central sobre as remessas de lucros e capitais ao Exterior.

- Fim dos impostos sobre salários e consumo. Criação de imposto único sobre o capital.
- Salário mínimo vital, ou seja, capaz de suprir as necessidades básicas de um trabalhador e sua família (como reza a Constituição Federal) e impulsionar a economia, com o crescimento do consumo. Além disso, o PCO propõe a implantação da escala móvel de salários, ou seja, toda vez que a inflação subir, automaticamente deverão ser reajustados os salários. Além de preservarem o poder de compra dos trabalhadores, ambas as medidas visam a acelerar o ritmo da economia (consumo – produção – emprego – consumo...).
- Plano emergencial federal de obras públicas, como forma de construir as casas populares de que o País precisa e, ao mesmo tempo, gerar novos empregos.
- Reforma agrária: a estrutura agrária brasileira é uma das mais atrasadas e contraditórias do mundo. Grandes extensões de terra, algumas maiores do que países inteiros, concentram-se nas mãos de poucos latifundiários, muitas vezes unicamente para fins especulativos. Ao mesmo tempo, em algumas regiões do País, como São Paulo, concentra-se moderna agroindústria de exportação. O resultado dessa situação não se resume apenas em miséria e desemprego no campo, mas também em retrocesso na produção, no atraso tecnológico e no encarecimento dos produtos agrícolas. O primeiro passo para reverter essa situação é a realização de ampla reforma agrária no País, com confisco sem indenização do latifúndio e distribuição de terra aos milhões de sem-terra. Para que dê frutos,

no entanto, deve vir acompanhada de crédito estatal barato e de toda a infra-estrutura tecnológica aos produtores. Outra medida de defesa dos sem-terra e da reforma agrária é a garantia do fim da violência no campo, praticada pela polícia e pelos fazendeiros, com a convivência do Estado.

- Concessão de crédito barato e facilitado ao pequeno empreendedor da cidade e do campo; nenhum subsídio aos grandes grupos capitalistas.
- Emprego: O altíssimo índice de desemprego no País, produto direto da política do governo FHC, é um dos principais elementos de desigualdade. É a forma encontrada para jogar sobre os trabalhadores o ônus da crise capitalista. Para combatê-lo, o PCO propõe a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem corte nos salários, para que todos possam trabalhar (que os patrões reduzam suas margens de lucros para se adequar a esta medida).

Um último aspecto, diretamente ligado à situação da Região Norte e da Nordeste, é as consequências da seca. A situação das populações destas regiões, castigadas pela seca, é uma das facetas mais desumanas do regime político atual. Rios de dinheiro são desviados para os bolsos dos coronéis da região, sob as vistas grossas do governo. Trata-se de dinheiro que deveria ser utilizado para combater a seca, desenvolver tecnologias para melhorar as condições de vida na região, etc. Os recentes escândalos da SUDAM/SUDENE são apenas a ponta do *iceberg* desse enorme roubo contra os brasileiros que padecem sob a seca. O PCO defende que o governo utilize todos os recursos necessários para combater esse problema. E que estes órgãos sejam colocados diretamente sob controle das organizações do movimento operário e popular.

■ **Pergunta nº 4:** A biodiversidade é, indubitavelmente, um tema central na agenda do desenvolvimento brasileiro. Qual será o tratamento que o senhor pretende dar ao tema em um eventual governo?

Rui Costa Pimenta: A crise ecológica do mundo atual – hoje evidente e alarmante – é produto da decomposição do capitalismo imperialista, que não só é um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, mas também fator direto de destruição de todas as conquistas da civilização humana. A produção orientada pelo interesse privado capitalista (o lucro), e não de acordo com as necessidades sociais, levou à utilização de técnicas cada vez mais “rentáveis” (para os capitalistas) e cada vez mais destruidoras do meio ambiente. Não é demais dizer que a sobrevivência do capitalismo mundial compromete a sobrevivência do gênero humano.

O dismantelamento irracional da Amazônia, por exemplo, é produto da ocupação capitalista anárquica dessa região, legal e ilegalmente. Nas últimas décadas, dezenas de madeireiras de outros países exploraram indiscriminadamente a região, na maioria dos casos causando devastações irreparáveis e que comprometem a fauna e a flora locais. Embora tenha conhecimento da ação destas empresas (várias denúncias de irregularidades foram veiculadas na grande imprensa), o governo FHC nada faz de substancial para restringir sua atividade. O governo, na verdade, é cúmplice da devastação da Amazônia, que prejudica os trabalhadores e as populações indígenas da região.

Na realidade, a burguesia brasileira foi a ponta-de-lança dessa penetração, facilitando-a por meio do Estado (desde os tempos da ditadura militar até hoje), e apoiando-a por meio da repressão assassina contra o Movimento dos Sem-Terra e os

índios, por meio da ação policial e das milícias paramilitares dos fazendeiros e das madeireiras.

Ainda em relação à Amazônia, é preciso destacar que o Brasil é o País com a maior biodiversidade do mundo. As principais fontes de matérias-primas que podem ser transformadas em remédios e cosméticos, entre outros, estão na Amazônia. Os Estados Unidos e a Europa, de olho neste filão, querem transformar a Amazônia em território “internacional” (leia-se transformá-la em área de livre rapinagem), como forma de garantir a exploração dessa biodiversidade. O PCO é contrário a mais esta tentativa de roubo do patrimônio nacional. A biodiversidade nacional (bem como o patenteamento de todas as descobertas) deve estar sob controle brasileiro.

Outro exemplo interessante, que comprova a relação direta entre devastação ambiental e capitalismo, diz respeito à água. Realizada em dezembro de 2001, na Alemanha, a Conferência Internacional sobre Água Doce apontou um dado alarmante: 20% da população mundial (1,2 bilhão de pessoas) não têm acesso à água de boa qualidade. Atualmente, a humanidade consome 54% da água disponível, índice que pode chegar a 70% em 2025. Se todos os habitantes do Planeta consumissem água como os dos países ricos, o uso já seria de 90% da disponibilidade. Chega a ser incompreensível o fato de faltar às pessoas um bem tão abundante e gratuito na natureza. O problema, é claro, é social. A esmagadora maioria das pessoas privadas de água limpa vive em países pobres, justamente aqueles sem recursos financeiros e tecnológicos para garantir o tratamento e o transporte do precioso líquido. A riqueza destas nações, por certo, está irrigando os cofres dos grandes capitalistas estrangeiros e do imperialismo, com as eternas dívidas externas.

Uma das discussões mais movimentadas da Conferência foi a possibilidade de, resolvido o problema de acesso para o conjunto da população mundial, a água passar a ser insuficiente para todos. Os especialistas presentes apontaram várias opções para o problema, dentro e fora da Terra: a exploração de fontes até hoje inacessíveis ao homem, como o Lago Baikal, na Sibéria, e o Lago Vostok, na Antártida, ou ainda os oceanos profundos de algumas das luas do planeta Júpiter. Outras opções surgirão, por certo. O problema é que, sob o capitalismo, os governos dos países imperialistas não terão interesse em financiar pesquisas que contribuam para melhorar a vida do conjunto da população.

Uma primeira e importante conclusão sobre a crise do meio ambiente é que não há saída capitalista para ela. O imperialismo não tem outro interesse, a não ser o lucro. Isso ficou patente no episódio do Protocolo de Kyoto (que prevê o controle de emissão de gases poluentes pelas nações), que foi boicotado justamente pelos Estados Unidos, o país que mais polui no mundo.

Somente um governo próprio dos trabalhadores teria condições de tratar a questão ambiental sob a ótica dos interesses da maioria da humanidade.

■ **Pergunta nº 5:** Qual será o papel atribuído, de acordo com sua proposta de governo, ao ensino superior público, tendo em mente, sobretudo, o documento da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDIFES, em que está relacionada a situação de indigência das Universidades Públicas em nosso país?

Rui Costa Pimenta: Ao contrário da propaganda oficial, que procura mostrar um progresso na educação brasileira durante os oito anos de governo FHC, a realidade mostra uma situação de

terra arrasada. O sistemático corte de verbas na educação pública – assim como acontece na saúde – vem deteriorando a cada dia os serviços prestados à maioria pobre da população. As verbas que deveriam sustentar a educação pública são, em grande parte, desviadas para os bolsos dos capitalistas do ensino privado (por meio de subsídios, isenção de impostos, etc.) e para o pagamento da dívida externa aos países imperialistas. O resultado dessa política é a deterioração e o retrocesso nas áreas sociais.

A educação é, ao mesmo tempo, um problema que diz respeito às condições de vida da população e da sua evolução social, bem como ao progresso histórico do País. Ao comprometer o ensino, o governo FHC coloca em questão o futuro do País como nação independente.

O ensino público, em especial da faixa que vai do ensino fundamental ao médio, é de baixa qualidade, não prepara os estudantes para o ensino superior e, tampouco, para a vida profissional. Um exemplo gritante disso é a chamada “aprovação automática”, que visa, sob a cobertura de estabelecer sistema mais democrático e racional, a evitar gastos com a permanência do aluno na escola, ainda que ele não tenha conseguido assimilar o aprendizado.

Não bastasse essa precária situação no ensino público, ainda temos um contingente gigantesco de brasileiros analfabetos, o que se constitui vergonha e enorme retrocesso para o País. São pessoas condenadas ao desemprego, aos piores postos no Mercado de trabalho, aos mais baixos salários, à pobreza.

Para o PCO, tanto a qualidade do ensino, quanto o combate ao analfabetismo só virão com maior investimento estatal na educação. São problemas que dependem exclusivamente da vontade política que falta a um governo que está a serviço dos

lucros dos Bancos nacionais e estrangeiros e dos grandes industriais em detrimento dos interesses e das necessidades da população.

O PCO defende o monopólio estatal da educação. Além de garantir educação pública e gratuita de qualidade para todos, esse é o melhor caminho para fazer da educação via real de desenvolvimento do País. Consideramos ainda que a defesa do ensino depende fundamentalmente de que os próprios interessados tenham o controle das escolas e das Universidades e das suas decisões-chave. Ensino sustentado pelo Estado e controlado politicamente pelo povo trabalhador: esta é, na nossa opinião, a melhor fórmula para defender a educação brasileira.

O PCO é absolutamente contra a privatização das Universidades Públicas e de qualquer outra instância do ensino público. A educação é um dever do Estado e um direito da população. Especificamente para o ensino superior, o partido tem as seguintes propostas:

Sobre o acesso

O programa do PCO defende o fim do vestibular e o livre ingresso no ensino superior, por entender que este é um mecanismo que serve apenas para impedir o acesso da maioria da juventude à Universidade, especialmente da juventude operária. Para obter isso, independentemente das eleições, o caminho é a luta política, em particular dos próprios estudantes que aspiram ao ensino universitário. A imensa capacidade ociosa da maioria das Universidades Federais poderia ser o imediato ponto de partida para a implantação de sistema de acesso amplo à educação pública de terceiro grau.

Sobre vagas

A falta de vagas nas Universidades Públicas está relacionada aos interesses dos grupos privados na educação. Com o livre ingresso na Universidade e a estatização das Universidades privadas, é possível garantir vagas para os estudantes pobres e assegurar educação pública, gratuita e de qualidade. O PCO sempre defendeu o monopólio estatal do ensino público, por entender que este é o único meio de garantir que a população trabalhadora, em particular a de baixa renda, tenha acesso real ao ensino e à cultura. Este processo deve ser financiado pela utilização integral dos recursos públicos para os serviços públicos, pondo fim à distribuição de dinheiro aos Bancos e às grandes empresas, o que ocorre por meio da política de subsídios e isenções. Entendemos que o progresso nacional depende de dar à educação e à pesquisa o seu devido peso.

Sobre gratuidade

O Partido da Causa Operária defende a Universidade Pública, gratuita, laica e de qualidade, para que toda a juventude tenha garantido o direito ao ensino superior, uma vez que a Universidade privada é uma fonte de lucros em troca de um ensino, grosso modo, de péssima qualidade. Vários governos vêm realizando, desde a época do regime militar, a transferência dos recursos e das vagas no ensino superior para o ensino privado. Este tornou-se válvula de escape a altíssimo custo para a população e com resultados lamentáveis para a falta de investimento estatal na educação. O prejuízo é não só dos estudantes de classe média baixa e da classe

trabalhadora – que são excluídos da Universidade Pública pelo vestibular – mas de todo o País, que vê cair brutalmente a qualidade da formação profissional. A educação, assim como a saúde e outras necessidades fundamentais do povo, deve ser pública e gratuita em todos os níveis.

Sobre gestão

A comunidade universitária, ou seja, estudantes, professores e funcionários, deve decidir sobre o orçamento das Universidades e sobre todos os aspectos da vida universitária de modo democrático, ou seja, deve haver, nas Universidades Públicas, completa autonomia em relação à politicagem dos governos burgueses, por meio da eleição de conselho tripartite, eleito proporcionalmente por todos os setores, com poder exclusivo, que seja a expressão da real vontade da comunidade universitária.

Sobre avaliação

Com o pretexto de controlar a qualidade das pequenas empresas ineficientes que autorizou, o governo instituiu o “Provão”, que é um vestibular adicional e acabará por se tornar mais um mecanismo de exclusão do estudante da Universidade e do Mercado de trabalho. A qualidade do ensino deve ser elevada pelo controle democrático de estudantes, professores e funcionários sobre a Universidade e não por medidas burocráticas e antidemocráticas do Estado, que atacam a educação e oneram o estudante.

■ **Pergunta nº 6:** Recuperar a capacidade criativa do pensamento intelectual brasileiro é desafio que se coloca a todos nós no Brasil contemporâneo. Qual é sua proposta de governo para o fomento à cultura brasileira?

Rui Costa Pimenta: O PCO considera que, de um ponto de vista substantivo, inexistente política cultural no atual governo. O que há, em termos de investimentos, são iniciativas de claro conteúdo político, cujo objetivo central é o de atrair uma parcela da comunidade artística ou intelectual para determinado grau de apoio ao governo, como ocorre, por exemplo, na área cinematográfica, com vários filmes nacionais financiados, nos últimos anos, por verbas estatais ou privadas, baseadas nas leis de isenção fiscal. No entanto, o que se nota é que mesmo essas iniciativas isoladas expressam política clientelista por parte do governo. São várias as denúncias de desvio de dinheiro e de corrupção. Não se trata de real preocupação com o desenvolvimento da produção cultural nacional, mas, sim, do uso de verbas públicas como instrumento político para beneficiar grupos do meio artístico ligados ao governo.

A maioria esmagadora da população tem raras oportunidades de lazer e cultura, pois os preços de ingressos no cinema e para *shows* teatrais e musicais são restritivos. Nos bairros pobres do País, o limitado acesso à cultura restringe-se aos *shows* e bailes *funks*, que muitas vezes servem como pontos do tráfico de drogas e de disputa entre gangues.

Por outro lado, as possibilidades de os filhos da classe trabalhadora desenvolverem suas habilidades artísticas são quase inexistentes. Raros são os espaços públicos destinados a aulas de teatro, dança, música, etc. Neste cenário, como

poderiam brotar talentos na periferia das cidades? A chance de que um grande cantor, bailarino ou ator desponte em um bairro pobre é quase nula. Mesmo um esporte popular como o futebol – que é parte da cultura nacional *lato sensu* – é totalmente abandonado.

O PCO divide em quatro pontos suas principais propostas para a área cultural:

- 1) Estatização das grandes empresas privadas do setor cultural, ou seja, que o Estado detenha o monopólio da grande produção cultural no País (cinema, música, televisão), retirando-a das mãos dos grupos capitalistas privados. Os investimentos seriam definidos a partir de ampla e democrática discussão com a comunidade artística e representantes do movimento operário e popular.
- 2) Proteção da indústria cultural nacional, por meio da imposição de barreiras (sobretaxação) à importação de produtos culturais (filmes, discos, etc.) de baixa qualidade. Os critérios seriam igualmente definidos por organismos criados com representantes da área artística e do movimento operário e popular.
- 3) Incentivo ao pequeno produtor artístico, com concessão de crédito estatal barato e acesso à infra-estrutura e à assistência técnica necessária.
- 4) Destinar o grosso dos investimentos estatais diretamente para o benefício da população: criação de escolas de teatro, música, dança, etc.; oferecimento de cursos e oficinas em larga escala; construção de cinemas e teatros nos bairros pobres e amplamente nos municípios, com ingressos a preços acessíveis; entre outras. Com isso, o governo estaria criando canais para que a população

manifeste seus dotes artísticos e, também, tenha acesso à grande produção cultural (filmes, peças teatrais, *shows* musicais e de dança, etc.). É interessante lembrar que a indústria cultural só pode crescer e ser forte se tiver raízes na população; ou seja, se o conjunto dos cidadãos passar a consumi-la em grande escala.

os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Luiz Inácio Lula da Silva. Além destes, os candidatos José Serra, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta responderam a questões sobre temas que emergiram quando da realização da primeira etapa do Fórum. O resultado dessa reflexão com os candidatos bem como a contribuição de algumas das mais representativas entidades da Educação, da Ciência e da Tecnologia em nosso País são apresentados neste segundo volume.

A publicação dos dois volumes de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial* não pretende, certamente, esgotar o debate. No entanto, como lembra o reitor da Universidade de Brasília, UnB, Lauro Morhy, o objetivo maior do Fórum *Brasil em Questão*, de fomentar positiva contribuição à troca de idéias sobre os grandes desafios de nosso País, foi alcançado, ao tempo em que a UnB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido com toda a sociedade brasileira, abastecendo a indispensável e necessária transparência do debate político.

**Ciro Gomes • Anthony Garotinho • Luiz Inácio
Lula da Silva • José Serra • José Maria de
Almeida • Rui Costa Pimenta • ANDIFES -
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior • ABMES
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino
Superior • ABED - Associação Brasileira de
Educação a Distância • ABRUEM - Associação
Brasileira dos Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais • Carta de São Paulo -
4º Congresso Nacional de Educação - CONED**



9 788523 007058